

## O 25 de Abril no tempo que corre

Publicação: [O Mundo em Português Nº 55](#)

Data de Publicação: Abril/Maio 2004

Autor: Álvaro de Vasconcelos

Procurando uma característica marcante de Portugal, trinta anos depois do 25 de Abril, que desse o tom geral aos artigos reunidos neste número fugindo simultaneamente à comemoração tradicional, foi fácil optar pela maneira como os portugueses se adaptam a uma sociedade em transformação, cada vez mais diversa culturalmente. Num Mundo e numa Europa em que o fim dos mitos identitários tem sido acompanhado por um exacerbar do nacionalismo e do racismo, pareceu-nos, pois, que a melhor forma de assinalar e simbolizar trinta anos de democracia é destacar um traço forte do presente: a recusa pelos portugueses da demagogia xenófoba.

Por isso a escolha desta capa para este primeiro número de O Mundo em português com uma nova imagem. Por isso, também, o entusiasmo com que sublinhamos a feliz coincidência de em 2004 se comemorar, nos cinquenta anos da sua morte, a acção de Aristides Sousa Mendes, que mostrou como a recusa da barbárie contra o Outro – no seu tempo, o outro era judeu – existiu bem antes do 25 de Abril. Aristides de Sousa Mendes deu exemplo notável de que acima do dever de cumprir as ordens dos que mandam está o dever de defesa dos valores fundamentais e a obrigação de socorro humanitário. A acção do então cônsul em Bordéus deve constituir ponto de referência da política externa de Portugal, que tem que ser identificável com a defesa dos princípios em que se funda a nossa democracia, numa dupla luta pela liberdade em 74-75, contra a ditadura nacionalista de Salazar e contra o projecto totalitário soviético. Não é por acaso que a Constituição portuguesa é uma das mais avançadas na defesa dos direitos humanos.

### Viver a Europa

Portugal mudou profundamente nestes trinta anos e ao mudar tornou-se, paradoxalmente ou não, mais semelhante aos outros Estados europeus, que vivem também uma enorme mutação social e cultural. Desapareceu – foi desaparecendo –, uma identidade passadista, em larga medida herdeira da propaganda do Estado Novo,

que fazia de todos nós lusos descendentes de Viriato, com magnífico desprezo pelas comunidades árabes e judaicas que tanta importância tiveram até ao século XVI, e na deliberada ignorância de em Portugal viveram e trabalharam, durante séculos, inúmeros escravos vindos de África que se foram lentamente misturando no todo nacional. Hoje, porém, o mito já não se sustenta e Portugal torna a ser o que na realidade sempre foi, uma sociedade diversa, formada por «muitas e variadas gentes», mais orgulhosa do seu passado mouro que revendo-se na saga da Reconquista, esse final violento de mais de cinco séculos de coabitação peninsular com o «infiel».

A diversidade cultural de Portugal é óbvia, como o foi sempre: o Minho e o Alentejo são duas das regiões mais díspares da Europa em termos sociais. Junta-se agora à diversidade cultural endógena, por assim dizer, a presença de mais de 400 mil imigrantes, uns, vindos das antigas colónias, que aqui procuram dar uma feição cidadã ao conceito de lusofonia, outros de paragens próximas, na vizinhança e no imaginário português, como os de origem marroquina, ou mais remota, como os mais de 60 mil ucranianos. Viver a Europa, num momento em que à União aderem mais dez países, significa exactamente assumi-la numa perspectiva de cidadania – a única maneira de garantir a unidade na diversidade.

#### Experiências de transição política

Trinta anos depois, a experiência da transição portuguesa é de enorme importância e actualidade, e partilhar o capital acumulado talvez seja mesmo o contributo mais interessante que Portugal pode dar para a resolução de questões tão graves e centrais para a ordem internacional como o apoio às transformações no Médio Oriente e no Mediterrâneo, inclusive no Iraque. A experiência portuguesa é relevante em temas tão diferentes quanto o papel central dos partidos políticos, a necessidade de criar consensos amplos e normalizar rapidamente as relações político-militares, ou o imprescindível respeito pelas crenças religiosas do país. Mostrou também a importância de fazer participar no processo de transição todas as forças políticas, desde que aceitem e cumpram as regras do jogo e recusem a violência. Quem tinha razão, em 25 de Novembro de 1975, era Melo Antunes, quando afirmou que ilegalizar o PCP, ainda que este defendesse explicitamente um projecto totalitário, era fazer perigar a democracia. Esta não é uma questão de somenos quando se discute o papel que devem ter hoje, nas transições mediterrâneas, os partidos islamistas. Sabendo embora que cada transição é um caso singular, não devem por isso ignorar-se os frutos de experiências bem sucedidas.

...e o Iraque

A experiência portuguesa mostra também que os actores externos podem ter um papel importante na consolidação democrática. O apoio internacional às forças democráticas portuguesas foi, sem dúvida, extremamente importante: seja o dos países europeus e das suas fundações, seja o das Comunidades Europeias, seja o dos Estados Unidos. Mas para ser positivo e eficaz, o apoio americano, por exemplo, teve que se libertar da visão dogmática e geopolítica de Kissinger, para quem Portugal deveria ser abandonado à sorte de laboratório político, para constituir então a vacina da Europa contra o comunismo. Também no Iraque, o apoio internacional tem de ter legitimidade, interna e externa – e isso é justamente o que as forças que devem garantir a transição neste momento não têm. O objectivo do plano das Nações Unidas é criar um quadro de legitimidade, não só internacional mas também, o que é ainda mais importante, no Iraque. Se tal acontecer será então possível (e imperioso) que a União Europeia participe activamente na resolução de uma grave crise que afecta profundamente a sua fronteira sul.